

Pergunta – Num momento em que a própria ciência museológica se encontra envolvida em intenso debate interno, na redefinição e afirmação do seu campo heurístico no âmbito das ciências humanas, parece-nos particularmente interessante um olhar sobre as origens. Do “kuntskammer”, ou “gabinete de curiosidade” privado, às primeiras galerias públicas e ao Museu como entidade própria, um longo caminho foi percorrido. Como vê essa evolução?



Luís Raposo – É interessante que comece por colocar-me esta questão, porque ainda recentemente a abordei numa comunicação que apresentei a um colóquio sobre gestão do património cultural. Vejo a história que conduz aos museus a partir de uma das mais universais atitudes humanas, que remonta pelo menos ao Homem de Néandertal: no princípio era a curiosidade. E com ela veio o espírito colecionista, sem dúvida o ‘pai’ (ou ‘mãe’, se se preferir) de toda a atitude museológica. Não sou daqueles que procuram erguer barreiras estanques entre colecionadores e museus, entre amadores e profissionais. Bem pelo contrário! Os nossos museus, assim como as nossas disciplinas científicas, só terão futuro se continuarem a fazer a síntese, sempre difícil, entre a visão racionalista do mundo, herdada das Luzes, e o amadorismo vernacular (amador é aquele que ama...) do colecionador, bem patente nos “gabinetes de curiosidades” renascentistas. O museu actual deve sem dúvida continuar a ser um “espaço da razão”, mas também um espaço do sentimento. Daqui decorrem umas tantas posturas que, em certa medida, me afastam de algumas das tendências da chamada “nova museologia” (termo que em si mesmo me faz sorrir, ao evocar uma “moda” disciplinar que antes fizera o seu honesto percurso, desde o pós-guerra na antropologia, na geografia ou na história, passando pela arqueologia nos anos 60, mas cuja chegada ao campo da museologia no início dos anos 80 não pode deixar de considerar-se no mínimo requentada). Não sendo conservador, nem profissional nem civicamente, sendo até, por natureza, inconformista e contestatário, é curioso que dê por mim a olhar com simpatia, e mesmo defender, um ideário algo conservador e elitista para os museus. Não vou ao ponto de pretender que os museus continuem a evocar obrigatoriamente nos visitantes o “sentimento do sagrado” que Paul Valéry dizia experimentar quando neles entrava. Mas o que me parece é que os museus são museus e centro de dia, são centros de dia. Do mesmo modo, não consigo admitir que se assimilem a museus animações do tipo “Disneyworld”, “Parque Jurássico” ou “combóio fantasma”. O Museu para existir precisa de um certo projecto de perenidade. E precisa da autenticidade tridimensional que apenas a peça original lhe facultava. Encontra-se aí a especificidade do seu sistema comunicacional, tal como salientava D. Cameron, em 1992. Nisto se distingue de outros arquivos de memória, as bibliotecas ou as cinematecas, por exemplo. O “museu das coisas”, aliado ao “museu das ideias” (e não contra ele, como na célebre oposição de W. K. Gregory, nos anos 30), acrescido ainda do “museu dos pontos de vista”, de que nos fala J. Davallon nos anos 90, constitui a síntese que tenho por ideal. Tudo o resto aponta na direcção da extinção dos museus, diluídos na própria sociedade e com o respectivo espaço rapidamente ocupado por saberes e técnicas de comunicação adjacentes. Ainda recentemente lia num ensaio de Kenneth Hudson, um grande nome da museologia contemporânea, a ideia de que o futuro seria o do “Grande Museu Europeu”, um “museu que não pode evitar-se e em que não se precisa de entrar”, isto é, todo o espaço social e geográfico europeu. Quando aqui chegarmos, quando as partes deixarem de ser discerníveis do todo, elas deixam de ter razão para existir. Por mim não me rendo tão facilmente às modas culturais deste fim de milénio.

P – O Museu Nacional de Arqueologia tem uma história particularmente interessante no âmbito da museologia nacional. Como nasceu o MNA?

LR – Na realidade, a designação actual deste Museu está longe de revelar aos menos atentos aquilo que ele efectivamente representou no passado. A sua fundação, em 1893, deve-se à tenacidade do

Doutor José Leite de Vasconcelos. Imbuído do espírito fortemente nacionalista da época, pretendia aquele sábio dar corpo a uma instituição que constituísse um espécie de “Museu do Homem Português”, um local onde se recolhesse “tudo o que etnicamente nos caracteriza”, juntando passado e presente, mostrando como o presente é fruto de sucessivos passados encadeados até às origens. O museu veio por isso a chamar-se “Museu Etnográfico Português”. Ao longo das décadas, o Museu foi-se convertendo cada vez mais em museu de arqueologia, passando a chamar-se “Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia” desde os anos 60. O nome actual, já sem a referência à etnologia (até porque entretanto se criou o Museu Nacional de Etnologia) data do início desta década. Ainda hoje há quem lamente esta evolução. Pessoalmente, creio que se tratou de uma evolução irresistível, sem retorno e globalmente benéfica.

P – Encontrando-se o MNA instalado num edifício que é, ele-próprio, um objecto museológico e Património Mundial, como se tem processado esse diálogo entre os objectos arqueológicos e o espaço que os envolve?

LR – Não tem sido fácil, como compreenderá. É certo que dispomos de um espaço único... mas cheio de dificuldades. A grande extensão de janelões constitui-se em problema quase intratável para o conveniente tratamento interior da luz e para o controlo das variáveis ambientais; a enorme altura das abóbadas, tende a esmagar a fragilidade dos objectos arqueológicos, amiúde constituídos somente por cacos e pedras; a impossibilidade de perfurar paredes e pavimentos, obriga a investimentos acrescidos em pisos artificiais e equipamentos museográficos; as naves expositivas, longas e estreitas, suscitam problemas de circulação dos visitantes... Sei bem, e aprecio sinceramente, o esforço financeiro que o Instituto de tutela é chamado a realizar em cada nova exposição de vulto neste Museu. Todos estes factores têm feito com que desde há cerca de meio século se tenha vindo a falar na eventualidade, teoricamente desejável, da construção de raiz de um novo edifício para albergar o MNA. Hoje vejo essa hipótese como uma espécie de sonho sebastianista paralisante. Acresce que a localização do Museu nos Jerónimos constitui, em si mesma, uma mais-valia inestimável. Daí o esforço que fizemos, direcção do Museu o Instituto de tutela, no sentido de apresentar aos competentes organismo do Ministério da Cultura e ao próprio Senhor Ministro um projecto de remodelação profundíssima dos espaços actualmente ocupados pelo MNA, possibilitando-lhe nomeadamente duplicar as áreas expositivas e abrir aquilo que deveria ser a sua principal galeria de exposição permanente e o público tanto reclama: “Portugal, origens à fundação da nacionalidade”. Afinal o espaço que ocupamos tem potencialidades enormes, que podem ser mobilizadas em benefício do Museu e do próprio monumento, o qual, convenhamos, não se encontra muito dignificado, não obstante o cuidado posto nas suas fachadas. Estou esperançado em que este projecto seja levado à prática nos próximos anos. Um “Grupo de Amigos do MNA”, actualmente em formação e integrado por personalidades do maior vulto na nossa vida cultural, terá também uma palavra decisiva na mobilização da chamada “sociedade civil” para a solidariedade com este Museu.

P – O MNA tem desempenhado um papel particularmente activo num domínio do maior interesse, que é o da formação de jovens investigadores. Sendo o senhor também um universitário e um investigador, como descreveria idealmente a relação entre o Museu, a Universidade e a investigação científica?

LR – Agradeço que me faça esta pergunta porque assim me permite falar de algumas das dimensões deste Museu que o público visitante normalmente desconhece. Existe todo um “lado oculto” neste museu, que só é tornado perceptível a quem circula pelos seus espaços internos. Com efeito, o MNA presta numerosos serviços, para além da esfera expositiva. Possui uma das mais importantes bibliotecas da sua especialidade no País; edita a revista científica “O Arqueólogo Português” (fundada por Leite de Vasconcelos em 1895); acolhe diariamente nas suas instalações numerosos investigadores nacionais e estrangeiros (quantas e quantas teses não foram já feitas no sossego das salas deste Museu...); abriga as aulas de formação de técnicos superiores de conservação e restauro de bens arqueológicos; organiza estágios de familiarização dos jovens com a actividade arqueológica e museológica; mantém um contacto permanente com um elevado número de museus locais; participa em diversos projectos museológicos europeus; etc., etc. Em anos anteriores, no

Dia Internacional dos Museus, temos promovido por vezes uma operação “museu aberto”: pode crer que é uma surpresa para os visitantes.

P – Embora o interesse da relação Museu-Escola seja de há décadas já, este continua a ser um tópico recorrente. Como vê esta parceria entre a escola, no seu ‘empalamento’ a um ensino formal e passivo, e o museu, enquanto espaço propiciador de descobertas e aventuras, tanto cognitivas como sensíveis?



LR – Coloca-me agora uma outra questão do maior interesse, que obrigaria a uma reflexão muito mais desenvolvida do que nos permite uma conversa breve. Por isso limito-me a expressar-se um estado de espírito que, uma vez mais, me arrisco a ser tomado por demasiado... conservador, senão mesmo retrógrado (começo aliás a recear que os seus leitores construam uma imagem em tudo oposta à que eu tenho de mim próprio...). Não julgo que os museus em geral se tenham de constituir como espaços educativos a todo o custo, assim à maneira de escuteiros que se sentissem no dever de obrigar todas as velhinhas a atravessar as ruas, mesmo que elas o não quisessem. Para a promoção do ensino, existem as escolas. Não confundamos os papéis. Neste sentido compreendo a perspectiva de O. Coppey, que se referia ao museu como “um não-lugar de formação”, ou seja, um espaço de convívio informal com os objectos, onde se pode aprender muito,

pouco... ou nada. Porque tão importante e, útil para a formação pessoal é a disposição voluntária para a aprendizagem, como o mero olhar lúdico, displicente até, sobre os objectos, sem deles pretender retirar mais do que o mero gozo pessoal. Afinal, como dizia Leite de Vasconcelos justificando o ‘seu’ museu, “o gozo é *terminus* de todos os actos da vida, mais ou menos disfarçado sob o aspecto material ou espiritual”

P – Fale-nos um pouco desse bastidor oculto que é o da relação entre o conservador suas peças. Calouste Gulbenkian a ‘, na perspectiva do coleccionador, referia-as como suas “filhas”. Para si como é ?

LR – Já antes lhe respondi em parte a esta questão, quando me referi ao lado positivo, e necessário, da relação emotiva que tem de existir entre coleccionador ou conservador, pouco importa, e objectos ou colecções. Existem contudo lados menos luminosos neste relacionamento e aproveito a pergunta para sugerir alguns. Lembro-me de um conhecido artigo de B. Deloche, no final dos anos 80, onde eram aplicadas as ideias de Freud sobre a origem da religiosidade para caracterizar a relação do conservador de museu com os objectos à sua guarda, verdadeiras alfaías litúrgicas de uma religião privada de que ele, conservador, se sentiria predestinado a constituir-se em sumo-sacerdote, impedindo aos ímpios o contacto profano com o objecto de culto. Ora, nem as peças de museu são objectos de culto, nem o conservador é sacerdote a quem a Providência foi servida apontar o caminho (até porque se verifica no passado que o acesso à profissão se ficou a dever muito mais a influências ou tradições familiares do que a qualquer outra especial qualificação). Tenho para mim, aliás, que a figura de conservador de museu apenas ganha autenticidade quando se constitua em formação adicional relativamente a qualquer dos ramos do saber que, esses sim, fornecem peças para os museus. Um quadro maneirista, uma viola da gamba ou um vaso de cerâmica campaniforme apenas serão “peças de museu” se forem antes lidas respectivamente por historiadores da arte, etno-musicólogos ou antropólogos e arqueólogos, dos quais alguns, desejavelmente, deveriam adquirir saberes específicos na área dos museus. Se assim não for, tais peças não passarão de “bibelots” e os respectivos conservadores de “donas de casa”, zelosos na arrumação, ligeiros na parasitagem de ideias alheias e superficiais na sua mediatização. Devo confessar que, na minha qualidade de arqueólogo, sinto sempre algum calafrio quando vejo o

utensílio comum que desenterrei, simples, rude e mesmo sujo, ser travestido em “peça de museu”, isolada do contexto, bem limpa e inacessível ao comum dos visitantes.

P – Por último, não resistimos a pedir-lhe que lance desta tribuna uma provocação/convite aos nossos leitores para uma visita *imperiosa* ao MNA.

LR – Poderia responder-lhe pela forma mais óbvia: dar-lhe uma espécie de roteiro das exposições actualmente existentes no MNA. Como, porém, a conversa já vai longa e me pede uma provocação, pois bem: convido os leitores a verificarem no Museu em que medida as ideias doutrinárias aqui expendidas se confirmam. Estou certo que assim depressa inverterão os termos do meu convite, passando a ser agentes de provocação. E pode crer que cá estaremos, eu próprio e os meus colegas no Museu, sempre interessados em sermos confrontados com provocações construtivas, porque só assim melhoramos.

P – resta-nos agradecer-lhe vivamente esta estimulante e esclarecedora conversa, depois da qual não será certamente possível resistir a experimentar o prazer da descoberta numa visita ao seu museu. Muito obrigada.

(entrevista conduzida pela museóloga Maria Antónia Quina e publicada na revista “Casa-Decoração”, Outubro de 1998)